

Fora dos programas

Os policiais militares, civis e bombeiros que venderam lotes de beco em Ceilândia perderão o direito de participar de programas habitacionais do Governo do Distrito Federal. A decisão é da secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ivelise Longhi, após tomar conhecimento da venda desses lotes, em matéria publicada pelo **Jornal de Brasília** na edição de ontem.

Proibida pelo Decreto 22.044/01 de abril deste ano, a venda dos lotes vem sendo feita por imobiliárias de Ceilândia e Samambaia há pelo menos dois anos. Para a concessão de moradias aos policiais, o GDF transformou cerca de 1,5 mil becos de Ceilândia em lotes residenciais.

No entanto, a luta pela conquista de um lote para a casa própria acabou se transformando num excelente negócio para quem privilegia o lucro fácil. Em uma rápida consulta na seção de venda de lotes nas seções de classi-

ficados dos jornais, constata-se, todos os dias, anúncios de becos vazios nas quadras QNP, QNO e QNN de Ceilândia.

Ivelise Longhi acionou a Comissão de Sindicância da secretaria para apurar o caso. O objetivo é identificar policiais militares, bombeiros e civis que já venderam os seus lotes, a fim de excluí-los definitivamente de programas habitacionais.

Os que estão anunciando seus lotes mas ainda não fecharam negócio serão advertidos e informados das consequências legais.

Os terrenos vendidos serão identificados pela Comissão de Sindicância e reintegrados ao patrimônio da Terracap, por meio do Siv-Solo. Segundo o presidente da comissão, João de Deus Torres, aqueles que compraram lotes de policiais ficarão no prejuízo, porque não podem alegar desconhecimento do decreto 22.044/01, publicado em abril, que proíbe a venda desses lotes.